

O QUE REVELAM OS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA *TRABALHO & EDUCAÇÃO* SOBRE AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

What do reveal the goods published in the magazine Work & Education on the formation practices in the professional education?

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do¹
ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima²

RESUMO

O artigo trata das práticas formativas em educação profissional desveladas na produção da Revista *Trabalho & Educação* do NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação) da FaE/UFMG, a partir do estudo realizado nas publicações do período de 2000 a 2006. Buscamos desvelar qual é a didática da educação profissional e como ela tem orientado a estrutura das práticas propostas e experimentadas na formação da classe trabalhadora. Por meio da abordagem qualitativa, fizemos uma revisão bibliográfica, utilizando como fonte a publicação dos referidos periódicos, realizando a leitura e fichamentos dos artigos que tratavam mais especificamente das práticas educacionais a fim de averiguar como a literatura da área de trabalho e educação tem tratado a questão e como problematiza e define objetivos educacionais, organização curricular e métodos de ensino. A análise dos artigos estudados nos revelou que propostas e estratégias formativas em educação profissional estão ancoradas em duas abordagens educacionais historicamente antagônicas e em disputa por hegemonizar as práticas de formação: uma que, atualmente, tem sido orientada pela noção de competências, que se manifesta na formação do trabalhador pelo atendimento à lógica de mercado. E outra perspectiva crítica, em defesa de um projeto de formação que represente e valorize os anseios da classe trabalhadora, com base na ideia de politecnia, identificada nas formulações críticas e referenciada no materialismo histórico.

Palavras-chave: Educação Profissional; Práticas formativas; Didática.

ABSTRACT

The article deals with practical training in professional education unveiled in the production of the Journal *Work & Education* NETE (Center for Research on Work and Education) SAF / UFMG from the study in the publications of the period from 2000 to 2006. We seek to uncover what is the teaching

¹ Licenciada em Pedagogia. Especialista em Políticas de Gestão e Financiamento da Educação. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Av. Augusto Corrêa, Centro Universitário do Guamá, 01. Belém-PA. E-mail: kassuly@yahoo.com.br.

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Educação – GEPT/UFPA. E-mail: rlima@ufpa.br.

of vocational education and how it has guided the structure of the proposed practices and experienced in working class formation. Through the qualitative approach, we did a literature review, using as source the publication of such journals, making the read and annotated the articles that dealt more specifically with the educational practices in order to ascertain how the literature of the area of work and education has treated matter and as probes and defines educational objectives, curriculum organization and teaching methods. The analysis of the articles studied showed that proposed strategies and training in professional education are anchored in two historically antagonistic approaches to education and competition for hegemonic practices of training: one that currently has been guided by the notion of competence, which manifests itself in worker's training by attending to the logic of the market. And another critical perspective, in defense of a training project that represents the aspirations and values of the working class, based on the idea of polytechnic and criticisms identified in the formulations and referenced in historical materialism.

Keywords: Professional Education; Formative practices; Didactic.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das práticas formativas em educação profissional desveladas na produção da Revista *Trabalho & Educação* do NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação) da FaE/UFMG, a partir do estudo realizado nas publicações do período de 2000 a 2006.³ Este periódico do NETE vem há mais de dez anos discutindo, refletindo, problematizando e propondo questões relacionadas à área de trabalho e educação. O NETE, portanto, vem se consolidando como importante referência na área, tanto internamente à UFMG quanto nos âmbitos nacional e internacional. Constituiu-se, na última década, como referência nacional para as publicações de artigos sobre este campo da educação e como fonte de referência para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Buscamos desvelar qual é a didática da educação profissional e como ela tem orientado a estrutura das práticas propostas e experimentadas na formação da classe trabalhadora. O objetivo do trabalho foi averiguar, na produção levantada, como a literatura da área de *trabalho e educação* tem tratado a questão e como problematiza e/ou define objetivos educacionais, métodos de ensino e organização curricular. Para tanto, foi necessário identificar as publicações que tratavam de educação profissional, descartando os textos que revelaram dar menos contribuições à pesquisa (erros podem ter sido cometidos).

Dos 110 artigos publicados no período pesquisado, 35 foram selecionados e lidos os seus resumos, em seguida foi feita uma leitura preliminar de 30 destes artigos e, por fim, foram constituídos como objeto de análise

³ Este trabalho constituiu-se como parte integrante do projeto de pesquisa intitulado "As práticas formativas em educação profissional no Estado do Pará: em busca de uma didática da educação profissional", financiado pelo CNPq e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA. O texto baseia-se na pesquisa desenvolvida durante atividades de iniciação científica no curso de graduação em Pedagogia e que também culminou como resultado do trabalho de conclusão de curso.

interpretativa (fichados/analizados) 19 artigos. A leitura e a seleção dos artigos foram organizadas a partir da premissa de que os textos abordassem a questão das estratégias, práticas ou propostas de formação desenvolvidas na educação profissional. A partir desta observação, partiu-se para as análises interpretativas que resultaram na produção dos fichamentos dos artigos lidos. Além de itens de identificação dos textos, buscamos organizar as anotações de leitura em torno das três categorias básicas da didática (objetivos, conteúdos, métodos de ensino/avaliação) consideradas aqui.

Fizemos os registros de leituras por meio de fichamentos, considerados não como registros fotográficos dos textos lidos, mas como um texto parcialmente novo, o qual nem sempre pode corresponder ao que os autores queriam ou pretendiam dizer, mesmo considerando as indicações de Severino (1993) acerca da análise textual (a base do fichamento), a qual deve ser feita com o máximo de objetividade, “sem interferir no que o autor diz”, não se pode fugir a uma boa dose de subjetividade do autor nos fichamentos produzidos.

A partir dos textos lidos, deparamo-nos com duas abordagens que, historicamente, se confrontam no campo da educação e estão em disputa por hegemonizar as práticas formativas em educação profissional: as proposições de uma educação para a conformação e outra que se opõe a essa, buscando a emancipação dos sujeitos. A primeira, que atualmente está sendo orientada pela noção de competência, se manifesta na formação do trabalhador pelo atendimento à lógica de mercado. Porém, esta visão é criticada por parte dos autores que se mostram em defesa da outra proposta para a educação profissional, com base na ideia de politecnia, identificada nas formulações críticas e referenciada no materialismo histórico.

Apresentaremos, de forma sucinta, as principais ideias evidenciadas nos artigos escolhidos da produção desse periódico. E, posteriormente, tentaremos demonstrar o que a pesquisa revelou sobre as práticas formativas na educação profissional a partir das duas óticas educacionais em disputa.

O QUE DIZEM OS AUTORES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

A produção bibliográfica que trata de práticas formativas em educação profissional, veiculada na revista *Trabalho & Educação – T&E*, como características gerais trata a educação profissional como objeto social em disputa, considera fundamentalmente o cenário contemporâneo pós-fordista e seus artigos resultam, em geral, de pesquisas.

De um modo geral, as pesquisas revelam que o avanço tecnológico não é garantia de maior qualificação aos trabalhadores. Tem sido defendido que a “sociedade tecnológica” ou “sociedade do conhecimento” precisa ser compreendida no contexto da luta de classes e, portanto, que as novas tecnologias em uso nos ambientes de trabalho e de estudo podem servir tanto à formação para o capital como para o trabalho.

Na publicação de **T&E (1999/2000)** foram destacados dois artigos. O primeiro intitulado: “Formação profissional na sociedade tecnológica”, de Gilberto Santos (p.111-123), no qual o autor buscou eleger as principais representações de alunos e professores de escolas técnicas, no Ceará e

no Distrito Federal em meados de 1996, com relação às competências para assegurar a empregabilidade na sociedade tecnológica.

Como resultado, na pesquisa desse autor, foi possível observar que os próprios alunos querem desenvolver uma atitude crítica, ter o domínio dos conhecimentos mais gerais, se lançarem por outras perspectivas de aprendizado para além daquelas que lhe são impostas. Entretanto, o autor afirma que os atores do sistema de formação profissional estão cientes de que mesmo uma formação profissional ampla e que privilegia a aquisição de conhecimentos mais gerais não constitui condição suficiente para acesso ao emprego na sociedade tecnológica emergente.

O segundo artigo é de Marcio Pochmann (p.48-71): “Mudanças na ocupação e a formação profissional”, e trata da formação profissional para as novas ocupações no contexto das novas formas de organização do trabalho, decorrentes de uma mudança econômica estrutural. Diante das mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e elevada concorrência na população ativa, os novos requisitos profissionais seriam passíveis do atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores. A conclusão do autor acerca do novo modelo técnico-produtivo é de que apesar de demandar conhecimentos educacionais mais amplos ao trabalhador, continuam sendo criadas ocupações de baixa qualificação.

Dentre os artigos publicados em **T&E (2001)** destacamos os artigos de Veríssimo (p.93-113), que traz o título “Escolarização na empresa: contradições que possibilitam novos sentidos e significados”, e o texto de Invernizzi (p.115-131), intitulado “Teoria da Competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho”.

No primeiro artigo, a autora apresenta sinteticamente algumas conclusões da sua dissertação de mestrado, a qual tem como objeto de pesquisa a escolarização de trabalhadores na empresa. A autora problematiza as contradições vividas por trabalhadores que estudam na escola da empresa onde trabalham e afirma que essas contradições são superadas ao serem perpassadas por sentidos pessoais e significações sociais.

Nesta pesquisa, evidenciou-se ao mesmo tempo a contradição que a empresa enfrenta para se tornar competitiva internacionalmente e as contradições que os trabalhadores vivenciam frente à possibilidade de estudar. Entretanto, uma experiência potencialmente frustrante torna-se emancipadora porque os trabalhadores se encontram mais preparados frente à luta pela transformação social. Dessa forma, a autora conclui que:

O ato de estudar não é, para os trabalhadores, uma ação, apenas, ou seja, um processo cujo motivo não coincide com o seu fim, pois o fim da escolarização é possibilitar a apropriação do conhecimento acumulado e este fim imediato mantém uma relação determinada com o motivo da atividade que, mais do que se preparar para o mercado de trabalho, é garantir o crescimento pessoal (Ibid, p.110).

No segundo artigo, Invernizzi (2001) aborda duas questões problemáticas da Teoria da Competência: a primeira, pela permanente mescla entre os planos normativos e analíticos; e a segunda, pela pretendida neutralidade com que esse enfoque discute as mudanças recentes no trabalho.

Para o autor, essa teoria reflete e, ao mesmo tempo, realimenta, quando se torna normativa, o crescente individualismo que caracteriza as relações capital-trabalho e intertrabalhadores na produção flexível. Os atributos

comportamentais exigidos aos trabalhadores pelo processo produtivo, como o conceito de “saber ser”, colocado no centro da discussão, mostra a não neutralidade e a necessidade de explorar o que se esconde por trás das atitudes de envolvimento e cooperação exigidos à força de trabalho.

O autor conclui seu texto afirmando que a Teoria da Competência manifesta-se por um caráter fortemente ideológico, tanto da mescla entre os planos analítico e normativo, quanto da neutralidade com que pretende tratar processos permeados pela contradição capital-trabalho. Embora esta teoria consiga captar mudanças importantes ocorridas nas duas últimas décadas no âmbito do trabalho, o faz de forma limitada, pois nunca ultrapassa a barreira ideológica dos interesses do setor empresarial no qual surgiu.

Em **T&E (2002)**, temos o texto “Mediações na articulação trabalho-educação”, de Luiz Antônio Cunha (p.09-23), tratando do tema articulação entre trabalho e educação, que, na visão do autor, tem sido desconsiderado pelos estudiosos da temática, tem sido tratado de maneira “limitada”, “economicista”. O autor considera que as mudanças ocorridas nos processos de educação profissional decorrem, sobretudo, de mudanças sobre a ideia de trabalho e não somente mudanças no trabalho. Essas influem diretamente as transformações das políticas de EP.

A elevação dos requisitos educacionais para os trabalhadores pode ser o resultado do controle monopolista do “mercado de trabalho”, e não apenas de exigências técnicas de produção. O autor procurou mostrar com seus argumentos a existência de mediações sociais entre trabalho e educação, independentemente de determinações técnicas ou econômicas. As ideias sobre trabalho são mais importantes que o próprio trabalho.

Neste mesmo ano de publicação, destacamos também o artigo “Trabalho, formação profissional e políticas públicas: possibilidades de novas articulações?”, de Raissa Pires, Maria Corrêa e Silvia Pires (p.43-62), que trata das políticas públicas para a educação profissional adotadas no Brasil na tentativa de adequar a instituição escolar ao mundo globalizado. Na visão das autoras, as reformas educacionais não guardam continuidade e nem atendem adequadamente às demandas da sociedade.

De acordo com as autoras, as mudanças na formação profissional demandam de transformações ocorridas no mundo do trabalho, assim a educação profissional é considerada um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento. Então a formação profissional vem sendo realizada fundada no atendimento à lógica mercantil, e não como uma articulação social e estratégica na expectativa de direitos individuais e coletivos de acesso à cultura, à ciência e a tecnologia.

Os trabalhos selecionados em **T&E (2003)** foram: “Certificação de competências: um olhar sobre a experiência de alguns países”, de Fernando Fidalgo (p.27-43). “Relação entre conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas na educação do trabalhador”, de Antônia Aranha (p.103-114). E o artigo “A reforma do ensino médio profissional sob o olhar de um agente formador: CEFET/SP”, de Aloysio Silva (p.45-60).

O artigo de Fidalgo (2003) trata do Sistema de Certificação de Competências – SCC, mais especificamente do processo de (re)institucionalização da formação dos trabalhadores a partir da

construção do sistema de certificação de competências na França, Canadá, Reino Unido, México e Chile.

Esse novo quadro da institucionalidade da educação profissional, que tem como referência a noção de competência, apresenta uma diversificação dos programas de orientação profissional, que passam a ser balizados com vistas ao atendimento das demandas do setor produtivo. Há uma valorização da certificação e da competência dos trabalhadores, e os conceitos utilizados e as próprias definições adotadas constituem evidências de que o capital tem buscado uma força de trabalho com características bem diferenciadas do trabalhador fordista, procurando desenvolver, entre esses sujeitos, qualidades “economicamente úteis” e subordinadas ao capital.

Já no texto de Aranha (2003), a autora problematiza a relação entre conhecimento produzido no trabalho e o conhecimento escolar em experiência de escolarização no programa de formação profissional do PROFAE. Dessa forma, a autora se propõe a desvelar como o conhecimento tácito é produzido pelo trabalhador, como é constituído, construído e adquirido pelos mesmos e de que forma se relacionam com os conhecimentos escolares, sendo ele parte integrante e importante da qualificação do trabalhador. O trabalho é fonte de aquisição de conhecimento, de formação de valores e condutas, nem sempre reforçando a autonomia do trabalhador, mas influenciando decisivamente na sua constituição enquanto cidadão e sujeito histórico-sócio-cultural.

O trabalho desenvolvido por Silva (2003) aborda a questão da reforma do ensino médio e profissional instituída pelo Decreto 2.208/97. O autor busca entender os desdobramentos e repercussões da nova política pedagógica imposta pela reforma ao CEFET-SP e a atitude dos atores envolvidos no processo diante dessa imposição. Para o autor, a reação dos atores à implantação da reforma foi consubstanciada numa rejeição aos seus pressupostos teórico-metodológicos, e em uma crítica aos primeiros resultados de sua implantação.

O contexto (a base) da reforma é de perspectiva neoliberal (visam o descomprometimento do Estado com a educação e o “desmantelamento” das instituições públicas, transformando-as em organizações sociais) e o CEFET-SP, considerado uma escola de excelência, teria revelado práticas pedagógicas singulares e uma visão abrangente em relação às consequências da reforma, levando os sujeitos a rejeitar as privatizações, o enfraquecimento do ensino público e o desmonte das instituições públicas.

Destacamos três obras publicadas em **T&E (2004)**, a primeira se intitula “As práticas pedagógicas em ampliação da escolaridade e a produção das novas qualificações da forma de trabalho no ambiente da produção”, de Moacir Viegas (p.09-18). Esta decorre de uma pesquisa sobre os processos de qualificação dos trabalhadores, desenvolvidos nas práticas de ampliação da escolaridade, em dez empresas do estado do Rio Grande do Sul. O autor problematiza as mudanças significativas ocorridas nas concepções e práticas sobre a qualificação dos trabalhadores, decorrente dos processos de produção, para uma economia baseada na informação. E afirma que o conjunto de práticas pedagógicas implementadas pelas empresas objetiva criar um compromisso maior da força de trabalho com o processo de produção.

De acordo com o autor, as práticas pedagógicas formam a força de trabalho para um maior e permanente comprometimento de suas capacidades intelectuais com a produção. Elas cumprem a função de “liberar energias” dos trabalhadores para maior fluidez da informação no processo de trabalho.

A ampliação da escolaridade é colocada em função do processo produtivo – maior qualificação implica realização de trabalhos mais complexos e mais intensos, com isso, o exercício das capacidades aprendidas aumenta a exploração da força de trabalho.

A segunda obra é de Oder José dos Santos (p.79-89), que escreveu o texto “Reestruturação capitalista: educação e escola”, em que trata dos processos educativos e escolares no processo de reestruturação produtiva. A educação e a escola constituem uma das principais condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho. Assim, a formação do trabalhador não só é inserida, desde o início, no sistema capitalista de produção, como também encarada no mesmo nível de produção de qualquer bem ou serviço.

Ao se reestruturar, o capitalismo foi obrigado a adotar novas formas de gestão empresarial, fundamentando-as no aproveitamento da competência organizativa dos trabalhadores, mas, sobretudo, na inteligência, iniciativa e capacidade de raciocinar deles no processo de trabalho. Dessa forma, muda-se a problemática da produção, da distribuição do conhecimento e alteram-se os papéis atribuídos à educação e à escola para se adequarem às exigências do mercado de trabalho.

Já o terceiro trabalho escolhido foi “Considerações sobre a disseminação do conhecimento científico e tecnológico e sobre a formação para o trabalho na sociedade emergente”, de Gilberto Santos (p.19-27). Ele aborda a questão da relação entre acesso a conhecimento científico e tecnológico e formação para o trabalho, tendo em vista o contexto social que emerge no início do século XXI. O autor afirma que os conceitos de alfabetização científica e tecnológica (ACT) e ciência-tecnologia-trabalho (CTT), vistos numa perspectiva de formação escolar, podem potencializar o indivíduo e assegurar-lhe poder de participação na sociedade, por meio do exercício do trabalho.

E é justamente esse desafio que a sociedade tecnológica nos propõe: aprender como fazer distinções entre o conhecimento de que precisamos para o exercício da cidadania por meio do trabalho daquele que não precisamos, especialmente daquele que não podemos controlar.

Dentre os quatro artigos publicados em **T&E (2005)**, temos o trabalho feito por Guacira de Abreu e Wânia Gonzales (p. 61-73) com o título “O modelo curricular por competência e os desafios à prática docente”, em que os autores discutem a prática pedagógica dos professores do ensino técnico, no modelo por competências, e problematizam a dificuldade encontrada para a implementação do modelo curricular por competência na prática pedagógica dos professores do SENAI. As autoras defendem a ideia de que os professores ainda não se encontram em condições de desenvolver uma prática docente voltada para uma gestão por competências.

As autoras concluem que apesar de quase dez anos de vigência da lei que instituiu a reforma do ensino e adotou o currículo por competência, esse

modelo ainda é novidade para parte dos docentes e desconhecido para outros. As respostas dos professores sobre a concepção do ensino por competências, detectadas nas entrevistas, convergem para uma dimensão econômica pautada num mercado de trabalho que visa a produtividade e competitividade. Assim os docentes se encontram numa busca de entendimento e construção metodológica das situações-problema e dos projetos de trabalho.

Outro artigo é "Ergonomia e práticas educacionais: o modelo Paulo Freire para uma educação conscientizadora no trabalho", de Renata Custódio e Bernadette Fonseca (p.74-86) e trata dos processos de capacitação/formação profissional na empresa. O problema se apresenta na capacitação de trabalhadores para atender às novas exigências do mercado e para acompanhar o crescente avanço científico-tecnológico.

De acordo com as autoras, o pensamento educacional de Paulo Freire e os conceitos da Ergonomia, numa relação interdisciplinar, podem contribuir para melhorar os processos de capacitação/formação dos trabalhadores, no sentido de oferecer uma educação com mais qualidade, mais humanizada nas empresas e por consequência gerar um aumento na produtividade.

Temos também o texto "A complexidade da avaliação formativa na educação de jovens e adultos trabalhadores", de Ana Paula Castilho e Antônia Aranha (p.185), que decorre de uma análise da avaliação formativa na EJA – educação de jovens e adultos trabalhadores, tendo como campo de pesquisa um projeto de EJA de uma escola pública de Belo Horizonte. As autoras problematizam o mundo do trabalho como espaço de formação privilegiado dos alunos da EJA. A articulação entre EJA, trabalho e avaliação deve considerar os saberes dos alunos que são adquiridos/produzidos no trabalho, pois torna possível a valorização da subjetividade do trabalhador.

Ainda no ano de 2005, temos o artigo de Marlene Ribeiro (p.102-126), que traz a discussão sobre o tema "Trabalho-Educação numa perspectiva de classe: apontamentos à educação dos trabalhadores". O texto apresenta a produção de conhecimento em Trabalho-Educação no período de 1994-2004, do GT-09 – Grupo de Trabalho e Educação da ANPED.

A autora propõe que se tenha uma formação omnilateral, uma formação geral e tecnológica condizente com as descobertas científicas e tecnológicas atuais. Também critica os métodos de ensino, quando esses reduzem a capacidade de aprendizagem a um desenvolvimento intelectual descontextualizado dos elementos econômicos, políticos, sociais e culturais que constituem o mundo concreto em que se efetua a escolarização. Tem-se uma compreensão abstrata e despolitizada da educação.

Nas publicações de **T&E (2006)**, destacamos o artigo de Rosângela Leal (p.32-43), "O trabalho humano na sociedade da informação: desfazendo alguns equívocos," abordando a questão do trabalho humano nos sistemas produtivos automatizados e informatizados. A autora questiona o fim do trabalho humano frente à nova base tecnológica da produção. E, afirma que nos sistemas produtivos e automatizados, apesar da implantação das novas tecnologias, ainda é o saber do trabalhador que dinamiza a produção.

As transformações nos sistemas produtivos trouxeram mudanças na forma de organizar e gerenciar o trabalho e a produção, o que não significa a extinção do trabalho humano, mas mudanças no modo de trabalhar e produzir. Apesar dos avanços científicos e tecnológicos e a tentativa dos empresários em reduzir ao máximo a intervenção humana direta, a sua dependência diante do trabalho vivo, na medida em que se tenta transferir parte do saber dos trabalhadores para os sistemas técnicos e codificá-lo em regras operatórias, a automatização absoluta é impossível.

E o texto “Educação e Trabalho nas Políticas de Educação profissional: um estudo das ONGs, no Rio de Janeiro”, de Beatriz Pinheiro e Neide Deluiz (p.46-56), que analisa as relações entre educação e mercado de trabalho na atuação das ONG's nas políticas de educação profissional. As autoras abordam as reformas realizadas no campo da educação e da educação profissional, que fazem do mercado o centro definidor de suas políticas, do investimento em educação, bem como o critério para estabelecer os modelos pedagógicos e curriculares.

Dessa forma, o mercado de trabalho é o foco da atuação das ações de educação profissional implementadas pelas ONGs, e sua finalidade central é a empregabilidade. Ao atuarem como parceiras do Estado na autorresponsabilização dos setores mais carentes pelo desenvolvimento de respostas aos problemas de geração e trabalho e renda, acabam por legitimar a própria desresponsabilização do estado neoliberal na intervenção social.

AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL REVELADAS NA PRODUÇÃO DA REVISTA *TRABALHO & EDUCAÇÃO*

Partindo do pressuposto de que a Didática tem o caráter eminentemente pedagógico que estuda o processo de ensino, por meio de seus componentes básicos – os objetivos sóciopolíticos e pedagógicos, os conteúdos escolares e os métodos e formas de organização do ensino e da aprendizagem – com o intuito de formular diretrizes orientadoras da atividade educacional, nos lançamos numa investigação que possibilitasse traçar um quadro que nos revelasse as condições e formas que vigoram no ensino profissional, levando em consideração os fatores reais que estabelecem a relação ensino-aprendizagem.

No atual debate acerca da educação profissional e, especificamente, acerca de uma didática da educação profissional, tem sido muito presente a visão dicotômica que pode ser entendida, por exemplo, na separação e distinção entre profissionalização e escolarização (visão dissociativa) ou como a “soma” da profissionalização com a escolarização. Esta visão dicotômica também se revela na separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas, entre os saberes que desenvolveriam o pensar e outros que desenvolveriam as capacidades de fazer (ARAUJO, 2007).

Embora os artigos estudados tratassem da qualificação e formação profissional, nenhum deles foi específico na questão das práticas formativas em educação profissional, constituindo-se como principal dificuldade encontrada para a sistematização das categorias analisadas, visto que elas não estavam explícitas nos textos. Tivemos muitas dificuldades nesta fase, também em função da heterogeneidade dos objetos tratados pelos autores,

dos enfoques e do tratamento dado, mesmo assim buscamos considerá-lo a partir, inicialmente, de sua aproximação com os dois projetos político-pedagógicos principais, pautados no Pragmatismo ou na Filosofia da Práxis.

Podemos distinguir os dois projetos principais em disputa, a partir da qual se constroem referências e se analisam experiências: um que foca no trabalhador, orientando-se pela ideia da formação ampla e duradoura de trabalhadores e confrontando-se com as relações sociais capitalistas produtoras da alienação; e outra que foca no mercado de trabalho, orientando-se pela ideia de formação adequada às demandas específicas e imediatas das empresas, conformando-se com as relações sociais existentes.

No conjunto das produções, há mais indicações sobre as finalidades e os conteúdos de ensino do que sobre os métodos de ensino. Do mesmo modo, há mais indicações sobre como se faz ou se quer fazer a “Pedagogia do Capital” do que sobre como construir a “Pedagogia do Trabalho”.

Portanto, evidenciaremos as referências que estão pautando as práticas educativas no ensino profissional, mostrando como a didática vem sendo desenvolvida nesta modalidade de ensino, a partir do que revelam os artigos aqui estudados e por meio da análise dos elementos constitutivos da didática identificados na pesquisa: os objetivos educacionais, a organização curricular e os métodos de ensino.

OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Os objetivos educacionais antecipam resultados e processos esperados do trabalho conjunto do professor e dos alunos. Dessa forma, a prática educacional se orienta para alcançar determinados objetivos, por meio de uma ação intencional, devendo atuar no desenvolvimento das qualidades humanas, que todos os indivíduos precisam adquirir para se capacitarem às lutas sociais de transformação da sociedade.

De acordo com Libâneo (1994), a formulação dos objetivos educacionais decorre de três referências que não podem ser tomadas isoladamente, pois estão sujeitas a contradições e ao mesmo tempo interligadas: (a) os valores e ideais proclamados na legislação educacional e que expressam os propósitos das forças políticas dominantes; (b) os conteúdos básicos das ciências, produzidos e elaborados pela humanidade; e (c) as necessidades e expectativas de formação cultural exigidas pela população majoritária da sociedade, decorrente das condições concretas de vida e de trabalho e das lutas pela democratização.

Para as proposições didáticas que afirmem pressupostos de uma educação comprometida com a luta por uma nova forma de organização social coletiva, assentam-se as referências baseadas no conceito de emancipação. O termo *emancipar*, referenciado de uma forma mais abrangente, significa: eximir-se do pátrio poder ou da tutela. Tornar-se independente; libertar-se (AURÉLIO, 2000).

No marxismo, a palavra emancipação tem uma concepção mais ampla de liberdade referida como autodeterminação, para além do conceito de liberdades econômicas e civis das sociedades capitalistas liberais relacionadas à ausência de interferência ou coerção.

Os marxistas tendem a ver esta liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana. A liberdade como autodeterminação é necessária para superar esses obstáculos, pois consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada, do controle humano tanto sobre a natureza como sobre as condições sociais de produção (BOTTFORMORE, 1993).

Na sociedade de classes, os objetivos da educação nacional nem sempre vão expressar os interesses majoritários da população, mas certamente podem incorporar aspirações e expectativas decorrentes das reivindicações populares. Os objetivos representam as exigências da sociedade em relação à escola, ao ensino, aos alunos e, ao mesmo tempo, refletem as opções políticas e pedagógicas dos agentes educativos em face das contradições sociais existentes na sociedade.

Portanto, temos a educação politécnica que objetiva a articulação dialética entre trabalho e educação, de forma que esta não seja reduzida ao mero domínio de técnicas, sendo útil simplesmente a preparação para o mercado de trabalho. Para Aranha (2000a), esta é entendida como uma educação capaz de fornecer uma sólida base científica e tecnológica aos educandos, pois busca desvelar os princípios científicos que a embasam, necessária à compreensão dos atuais processos de trabalho e da realidade social.

A partir desse entendimento, verificamos no texto de Santos (1999/2000), *Formação profissional na sociedade tecnológica*, a reivindicação de uma necessária "alfabetização social", possibilitando aos trabalhadores / educandos a compreensão do impacto da ciência e da tecnologia sobre o trabalho, e da mesma forma como os seus efeitos sociais mais amplos emergem na realidade.

Este mesmo autor expõe as finalidades que os objetivos para o ensino profissional devem seguir, entre elas, o de assegurar que decisões de natureza tecnológica e científica sejam suficientemente comprometidas por todos e controladas democraticamente, conduzindo, portanto, o cidadão a elucidar-se da cultura científica e tecnológica produzida até hoje, compreendendo as dimensões histórica, epistemológica, estética, ética e cultural, bem como os resultados disso sobre o exercício de atividades profissionais.

Outra perspectiva que se vale para a emancipação nos processos didáticos é a educação para o trabalho, que não pode ser considerada de forma isolada de outros processos sociais, é preciso ter como referência considerações sobre o trabalho, a estrutura social de produção e para qual trabalho ela está orientada. Quando ela não é considerada um direito do trabalhador e dever do Estado, corre o risco de assumir funções instrumentais, assistenciais ou de controle social (MACHADO, 2000a).

Quando Castilho e Aranha (2005) analisam o processo de avaliação formativa na EJA, verificam e propõem um melhor posicionamento acerca dos objetivos de ensino, devendo esses propiciar aos alunos uma leitura crítica do mundo e de si mesmo, de os sujeitos serem envolvidos de maneira mais atuante nos diversos espaços da sociedade. Isso contribui para a formação dos trabalhadores enquanto sujeitos sócio-cultural-políticos, pois como afirma Machado (2000a):

A educação para o trabalho pode e deve se recusar a desenvolver o adiestramento e a simples adaptação dos indivíduos a um sistema de instrumentos e instruções externas e pré-definidas. Pode e deve buscar ampliar os horizontes dos conhecimentos dos trabalhadores, dar uma atenção crítica aos determinantes sociais, econômicos e políticos das situações de vida e de trabalho e evidenciar opções sobre alternativas de construção da vida social (MACHADO, 2000a, p.127).

Veríssimo (2001), ao tratar da experiência de escolarização vivenciada por trabalhadores na empresa, mostra que o trabalho é um espaço contraditório e que existem duas visões antagônicas acerca dos objetivos propostos para a formação desses trabalhadores: uma a partir da ótica do trabalhador; e outra a partir da ótica da empresa.

A primeira busca possibilitar o desenvolvimento de potencialidades que capacitem os trabalhadores para a emancipação; visa a um maior domínio do trabalhador sobre o processo produtivo e outros conhecimentos que possibilitem, entre outras coisas, melhorar o relacionamento pessoal/familiar, ajudando os filhos nas tarefas escolares; busca também melhorar o relacionamento interpessoal e desenvolver a consciência coletiva. A segunda visa aumentar a produtividade, a concorrência e a capacidade de competir no mercado, bem como ter um maior controle do trabalho e do processo produtivo, além de se melhorar as formas de interação entre trabalhadores e chefias etc.

Entretanto, na maioria dos artigos publicados na Revista *Trabalho & Educação* sobre formação e qualificação profissional, os autores apontam uma crítica acerca das proposições e materialização das práticas no ensino profissional, que estão baseadas na nova proposta de educação profissional instituída pela reforma do ensino técnico, que adotou o currículo por competência com o objetivo de garantir a evidência das competências requisitadas pelos empregos, possibilitando a definição e a sistematização de um perfil profissional, diferenciado do modelo taylorfordista.

Viegas (2004), em sua pesquisa sobre as práticas de ampliação da escolaridade dos trabalhadores, demonstra que esta formação objetiva criar um maior envolvimento de identificação dos trabalhadores com as questões empresariais. Assim, o processo educativo está comprometido em formar o trabalhador para o saber-fazer no local de trabalho, desenvolvendo as suas capacidades intelectuais para a produção.

A mesma questão é observada no texto de Leal (2006) sobre o trabalho humano nos sistemas produtivos automatizados. Neste artigo, evidenciamos que os objetivos de ensino para a formação profissional se estendem a conduzir o comportamento das pessoas na direção que interessa à empresa. A autora trata das questões referentes às exigências das novas competências requeridas dos trabalhadores, como, por exemplo, o desenvolvimento de um saber relacional para o ajustamento do homem aos sistemas produtivos.

Os aspectos citados acima podem ser verificados nas referências de educação polivalente, que pretende desenvolver atitudes no trabalhador que o tornem tolerante, ou seja, capaz de suportar, sem prejuízo para a produção, as mudanças nas funções, provocadas pelas ações de inovação nos processos de produção e de trabalho. Isso significa desenvolver características de flexibilidade, capacidade de execução de várias tarefas, de

lidar com maquinários diferentes, de trabalhar em equipe etc. (ARANHA, 2000b, p.131).

Outro elemento que podemos destacar para objetivos formulados e praticados sob a ótica empresarial é evidenciado no que Pochmann (1999/2000) trata em seu texto sobre a formação profissional para as novas ocupações, no qual a competitividade, empregabilidade e produtividade formam o eixo principal da prática de formação dos trabalhadores.

Essa visão também é encontrada no artigo das autoras Pinheiro e Deluiz (2006) na pesquisa que elas desenvolveram sobre a atuação das ONGs nas políticas de educação profissional. Neste texto, as autoras apontam que a formação efetivada nessas organizações direciona-se a mobilizar o mercado de trabalho, qualificar os trabalhadores para o entendimento das tecnologias emergentes e para uma atuação mais competitiva, se apresentando numa visão utilitarista de adequar a educação à demanda da produção, servindo apenas como instrumento de preparação para o mercado.

Contudo, é possível observar, a partir das leituras sobre a temática, uma preocupação e mesmo a necessidade de construção de uma prática educativa emancipadora, uma educação que se volte para ampliação dos horizontes de conhecimentos, atentando para os determinantes sociais, econômicos e políticos das situações de vida.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A QUESTÃO DOS CONTEÚDOS DE ENSINO

Na obra de Libâneo (1994), o autor vem afirmando seu pensamento em relação à função principal da escola: a democratização dos conhecimentos para garantir uma cultura de base a todos, portanto, tendo o ensino como atividade específica de estudo e aprendizagem dos alunos. Os conteúdos de ensino são definidos como o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, valores e atitudes de atuação social, organizados pedagógico e didaticamente, tendo em vista o processo de construção do conhecimento dos alunos na sua própria prática de vida.

Para este autor, no processo educativo é necessário que o professor compreenda e estabeleça as relações de reciprocidade entre os elementos do ensino: a matéria, o professor e aluno. Para não correr o risco desse processo se transformar numa coisa mecânica, na qual o professor passa a matéria, os alunos escutam, repetem e decoram o que foi transmitido, resolvem maquinalmente os exercícios, reproduzem nas provas e assim sucessivamente. Tal compreensão é insuficiente para entender o seu verdadeiro sentido.

Os conhecimentos retratam a experiência social da humanidade, da atividade produtiva científica e cultural de muitas gerações, no processo da prática histórico-social, constituindo o objeto de mediação escolar. Na sociedade capitalista, o saber é predominantemente controlado pela classe dominante, que o transforma em ideias e práticas convenientes aos seus interesses, divulgando-o como válido para as demais classes sociais.

Pires, Corrêa e Pires (2002), analisando as políticas de educação profissional que ganham evidência no atual cenário neoliberal, revelam que tem sido

permanente, no panorama instável dessas políticas, a ausência de clareza e de discussões teóricas sobre os conteúdos e a perspectiva educacional que se deseja orientar a formação técnica/profissional, o que tem persistido é a visão dicotômica de preparar o cidadão na formação geral e o trabalhador flexível e polivalente para o mercado.

No artigo de Santos, O. (2004), o autor demonstra que a visão educativa no processo de reestruturação produtiva requer, dentro dos conteúdos formativos, desenvolver competências e habilidades, disposições e virtudes nos trabalhadores para responder às demandas imediatas do mercado de trabalho. Além disso, a mobilização de gestos e raciocínios deste futuro profissional, que está sendo formado, são tidos na perspectiva utilitarista como necessários ao conhecimento do uso das tecnologias em função do desempenho produtivo.

Essa compreensão de que o mercado tem se manifestado como referência para o ensino profissional, destacamos também na pesquisa de Pinheiro e Deluiz (2006) sobre as ONGs no Rio de Janeiro, que apresentam no conteúdo de ensino uma relevância de temas como atividade de produção, competitividade, empreendedorismo, desenvolvimento da capacidade técnica e outros, na certeza de que os cursistas sairão aptos a enfrentar a acirrada disputa por empregos.

Constatamos que a visão utilitarista que vê na educação um mero instrumento de preparação para o trabalho é cada vez mais fortalecida nos processos de ensino profissional, e constitui neste ensino uma adequação da educação às demandas da produção, do trabalhador ao processo produtivo. Neste sentido, têm grande repercussão na área empresarial que se dedica à capacitação dos seus empregados, os termos como qualidade total; eficácia e eficiência na produção; conhecimentos sobre resolução de situações-problema; competências profissionais específicas relacionadas ao saber-fazer, saber-prático e saber-ser.

Pochmann (1999/2000) evidencia sobre a formação profissional, que é vista muitas vezes como possibilidade da garantia de um trabalho, estas exigências definidas como polivalência multifuncional, o trabalhador tem a função de desempenhar múltiplas tarefas. Aquele que demonstra capacidade suficiente para realizar esta prerrogativa é considerado útil em qualquer ramo de atividade, pois traduzirá a sua força de trabalho em maior produtividade sem partilhar igualmente dos resultados.

Portanto, esta educação polivalente, segundo Aranha (2000b), não inclui: a contribuição para a desalinhamento do trabalho, a construção de uma relação dialética entre teoria e prática, a formação omnilateral. Se, por um lado, pressupõe um aumento da base cognitiva, não necessariamente traz o acesso às bases e princípios do conhecimento científico e das diversas técnicas. Para Libâneo, o conhecimento em nossa sociedade é sempre interessado, tendo em vista que é produzido na relação entre as classes sociais e suas contradições, é redirecionado a uma visão particular da classe detentora do poder que o impõe como válido para as outras.

Sendo assim, o autor afirma:

A escola na sociedade capitalista controla a distribuição do saber científico, ora escondendo aspectos da realidade, ora simplificando esse saber, contentando-se apenas com as aparências dos fatos e acontecimentos. Além disso, os fatos e acontecimentos não são tomados no seu desenvolvimento histórico, nas suas

transformações, mas como algo acabado, estático, solidificado (LIBÂNEO, 1994, p.137).

Buscando outra reflexão para os conteúdos de ensino na formação profissional, que revelasse um entendimento, uma perspectiva ou até mesmo pequenas práticas diferenciadas dessa lógica pragmática, destacamos as referências encontradas nos textos de Santos (1999/2000), Silva (2003) e Santos G. (2004) nos quais se relacionam o entendimento de que os conteúdos viabilizem os conhecimentos do mundo objetivo, de modo que as novas gerações possam assimilá-los, tendo em vista ampliar o grau de sua compreensão da realidade, e preparando-se culturalmente para a participação nos processos objetivos de transformação social.

Em favor de uma formação mais horizontal para a classe trabalhadora, Santos (1999/2000) aborda as referências atribuídas para a educação profissional, nesta são privilegiados os conhecimentos relacionados à concepção e à criação, ter acesso à aprendizagem social, cultural, científica, política e tecnológica de qualidade, ter a compreensão do próprio processo de formação, analisando seus conteúdos, objetivos, limites e extensão, desenvolver o domínio técnico e tecnológico por meio de um conhecimento adequado.

Na formação para o trabalho, Santos G. (2004) aponta para um crescente afastamento entre a execução de tarefas de natureza técnicas e a compreensão de sua fundamentação científica. Contrariando esta afirmativa, o autor propõe que os sistemas escolares de todo o mundo, e especialmente nos países em desenvolvimento, tanto de formação geral quanto de formação profissional, precisam concretizar estratégias de ensino que contribuam efetivamente para o acesso à alfabetização científica e tecnológica.

Os conteúdos de ensino devem ser elaborados numa perspectiva de futuro, uma vez que contribuem para a negação das ações sociais vigentes, tendo em vista a construção de uma sociedade verdadeiramente humanizada. Assim, a ética, a moral, a cidadania etc., devem estabelecer um entrelaçamento com a ecologia, a mecânica, as ciências da terra e outras, numa ação educacional que articule concretamente teoria e prática. O conhecimento e a formação do ser social pelo processo educacional têm que ser construídos a partir de uma práxis social, segundo uma relação dialética entre as categorias construídas (SILVA, 2003).

OS MÉTODOS DE ENSINO

Os métodos de ensino estão definidos pela relação objetivo-conteúdo e realizam, numa interação dialética, uma ligação entre os objetivos educacionais e a prática escolar. Compreendem os procedimentos e estratégias adotadas no ensino por professores e alunos e se caracterizam por ações conscientes, planejadas e controladas, que visam trabalhar os diversos conteúdos para o alcance dos objetivos gerais e específicos propostos.

Libâneo (1994) mostra que a unidade objetivo-conteúdo-método serve de fundamento para a compreensão do processo didático, pois os objetivos explicitam propósitos pedagógicos planejados de instrução e educação dos alunos, para a participação na vida social; os conteúdos constituem a base informativa de conhecimento para alcançar os objetivos, e os métodos, por sua

vez, formam os procedimentos, as formas didáticas e os meios de organização do ensino que viabilizam a assimilação dos conteúdos, para assim atingir os objetivos.

Os modelos pedagógicos, na educação profissional, estão sendo pautados pela noção de competência, que segundo Araújo (2001) recebe forte inspiração do pragmatismo, no qual há um aproveitamento do utilitarismo, do imediatismo, da adaptabilidade, da busca por produzir aprendizagens úteis, aplicáveis e de ajustamento do indivíduo à realidade extremamente dinâmica e móvel.

Portanto, neste estudo, evidenciamos que a modularização do conhecimento ou conteúdos é a metodologia utilizada nos cursos de educação profissional, mais precisamente nos cursos de formação técnica. Tal sistematização inviabiliza a contextualidade e interdisciplinaridade, contidas nas propostas da própria Reforma do Ensino Médio Profissional, acarretando, além da fragmentação dos saberes, o distanciamento cada vez maior entre a execução de tarefas de natureza técnicas e a compreensão de sua fundamentação científica (SILVA, 2003).

O treinamento, que no modelo de produção em série se constituiu como a forma mais utilizada de aprendizagem para a execução de tarefas, aos poucos vem sendo substituído por métodos mais dinâmicos. Fidalgo (2003) revela que os métodos de ensino tendem a seguir uma estrutura modular e normas de competência por ramo de atividade, com uma organização curricular que favoreça a integração escola-empresa. Dessa forma, o trabalhador tende a desempenhar sua atividade no trabalho, mobilizar seus conhecimentos, sua inteligência organizativa, executar o raciocínio lógico, o seu “saber-fazer” e suas qualidades pessoais.

Dessa forma, o ensino, que antes se preocupava com a transmissão e assimilação do conhecimento, passa a ser desenvolvido numa perspectiva de mediação entre o aprendiz (trabalhador) e o conhecimento (trabalho). Custódio e Fonseca (2005), assim, afirmam: “o professor é o mediador entre as necessidades que o mercado solicita e o desenvolvimento da autonomia dos educandos, para isso deve adequar a aprendizagem ao contexto”.

No artigo de Santos O. (2004), o estudo do autor nos demonstra que é a lógica de produtividade capitalista que tem norteado as práticas educativas. Neste sentido, os mesmos instrumentos de trabalho e os mesmos métodos organizacionais empresariais, como eficiência, competência e produtividade, são adotados na organização dos métodos de ensino, sob o argumento de responder de forma mais rápida às demandas específicas das empresas e de outros setores econômicos.

Ribeiro (2005) critica os métodos que têm uma compreensão abstrata e despolitizada da educação, reduzindo a capacidade de aprendizagem do aluno a um desenvolvimento intelectual descontextualizado dos elementos econômicos, políticos, sociais e culturais que constituem o mundo concreto em que se efetua a escolarização.

Viegas (2004) compartilha a ideia de que as práticas pedagógicas têm favorecido para constituir uma força de trabalho cada vez mais comprometida com a produção, tendo que desenvolver suas capacidades intelectuais e “liberar energias” para facilitar o processo de trabalho. Portanto, as formas e os procedimentos metodológicos estão sendo marcados pelo atendimento à lógica

mercantil, não assumindo uma articulação social e estratégica na expectativa de direitos individuais e coletivos de acesso à cultura, à ciência e à tecnologia.

Para a concretização de uma educação comprometida mais com as demandas sociais do que com as econômicas, seriam indispensáveis a articulação entre as dimensões formativas, científicas, tecnológicas e críticas, maior participação dos alunos nos processos avaliativos, e, conseqüentemente, formar-se-ia um profissional de senso-crítico, um cidadão inteirado da cultura científica e tecnológica produzida pela humanidade.

De acordo com Libâneo (1994), se faz necessário ter uma compreensão da concepção sociopolítica e pedagógica do processo educativo, de que os métodos de ensino não se reduzem a quaisquer medidas, procedimentos e técnicas. Eles decorrem de uma concepção de sociedade, da natureza da atividade prática humana no mundo, do processo de conhecimento e, particularmente, da compreensão da prática educativa numa determinada sociedade.

Santos, G. (2004) propõe que os sistemas escolares, tanto de formação geral quanto de formação profissional, necessitam planejar e concretizar estratégias de ensino que contribuam efetivamente para o acesso ao estudo sobre a ciência e a tecnologia; para compreender e relacionar ao *como*, ao *onde*, ao *quando*, ao *por quê* e ao *para quê* do empreendimento científico e tecnológico. Tal concepção holística opõe-se ao descomprometimento do indivíduo com valores e atitudes que não protegem o ser humano do uso irrefletido da ciência e da tecnologia.

No texto de Aranha (2003), evidenciamos uma referência aos métodos de ensino relacionados à avaliação, que tem sido realizada por meio de oficinas, projetos e atividades cotidianas, nos quais está presente a noção de avaliação qualitativa processual, uma vez que se percebe uma interação entre o conhecimento e a própria formação. Nesta, o trabalho é tido como fonte de aquisição de conhecimento, de formação de valores e condutas, nem sempre reforçando a autonomia do trabalhador, mas influenciando decisivamente na sua constituição enquanto cidadão e sujeito histórico-sócio-cultural.

Portanto, evidenciamos, numa perspectiva de formação integral do homem, as proposições de uma educação que visa formar os cidadãos-trabalhadores, tendo estes como referencial para as ações focadas numa formação amplamente humana, cultural, científica e política. Noção esta, que não restringe a educação do trabalhador àquilo que corresponde às necessidades imediatas do capital, ao adestramento, à simples adaptação dos indivíduos, a uma prática utilitarista. Mas, a concebe como um processo amplo e de múltiplas construções, que assegura o reconhecimento do contexto histórico-social em que o trabalho se realiza.

Ainda que poucas práticas, no ensino profissional, sob esta ótica tenham sido concretizadas e desveladas nas pesquisas, a maioria dos autores propõe essa perspectiva para as ações educacionais, de uma formação que privilegie os saberes e conhecimentos necessários ao entendimento, por parte do trabalhador, de seu papel no contexto das decisões a serem tomadas; dos instrumentos científicos e técnicos de que precisamos sim para o ingresso no mundo do trabalho, mas, sobretudo, dos conhecimentos que nos possibilitem o exercício da cidadania por meio do trabalho de forma consciente e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação profissional tem uma didática própria e que ao longo de sua história tem sido marcada por disputas antagônicas no plano econômico, político e ideológico, manifestando-se sob diferentes estratégias formativas, atualmente está sendo orientada pela noção de competências, que se revela na formação do trabalhador pelo atendimento à lógica de mercado.

Nesse sentido, a didática na educação profissional vai tratar do ensino enquanto apropriação do saber-fazer, enquanto desenvolvimento de qualidades pessoais economicamente úteis à produção, enquanto ação de trabalho que consiga direcionar as capacidades intelectuais dos trabalhadores em favor de um maior comprometimento com as questões de produção.

Assume, portanto, uma concepção de educação conformadora, restringindo sua dimensão política e social. Essa pedagogia essencialmente capitalista mostra a relação entre educação e trabalho numa posição mercadológica, cuja condução prática se evidencia pela ênfase à educação para atender às necessidades do capital, não considerando as relações de trabalho, as relações de produção como práticas fundamentais que definem o modo humano de existência e a fonte primeira do conhecimento e da formação do conhecimento (FRIGOTTO *apud* ARAÚJO, 2007).

A educação profissional da forma com está sendo concebida valoriza apenas a aquisição de competências específicas para o mercado de trabalho. Isso reflete a limitação política e uma ideologia que, sistematicamente, procura uma correspondente aplicação imediata dos conteúdos ministrados.

É um consenso afirmar que a maioria dos autores, aqui estudados, considera que as transformações no mundo do trabalho influenciadas pela globalização e o avanço tecnológico ocasionaram mudanças educacionais, pondo em evidência um novo modelo de produção que trouxe significativas implicações para a formação profissional dos trabalhadores. Decorrente dessas novas exigências para a formação profissional, encontra-se a proposição de uma perspectiva mais ampla de formação aos trabalhadores, pautada no discurso da empregabilidade – de que maior nível educacional garante manter-se empregável.

Entretanto, o que é percebido é que esta proposta de formação ampla desempenhada até então, continua sendo específica, limitando-se aos determinantes do setor produtivo, que requerem deste trabalhador nada mais que ele desenvolva as habilidades necessárias ao desempenho das várias funções no processo de trabalho, entenda o funcionamento deste e comprometa-se a realizá-lo com maior eficiência para garantir maior produtividade para a empresa, condição essa que lhe permitirá manter-se na incerteza de um trabalho precarizado.

Porém não é este projeto de formação que se deseja realizar, não é este aprendizado que a classe trabalhadora almeja, percebemos que os próprios atores do sistema de formação profissional estão cientes de que mesmo uma formação profissional ampla, da forma como vem sendo proposta, não constitui condição suficiente para acesso ao emprego na sociedade tecnológica emergente.

Por fim, consideramos que as inferências aqui expostas são ainda parciais, necessitando-se avaliação e o confronto das mesmas, por meio do diálogo, com outros pesquisadores. E que o estudo proposto se constitui como parte

inicial de uma investigação que necessita ser mais desenvolvida e detalhada, instigando ao levantamento de mais questões e desafios que levem a um modo de pensar a educação dos trabalhadores diferente de como vem sendo realizada, com vista à transformação e não à intensificação da exploração dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Guacira R. de; GONZALES, Wânia R. C. O modelo curricular por competência e os desafios e os desafios à prática docente. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v. 14, nº 1, p. 61-73, jan./jun. 2005.
- ARANHA, Antônia V. S. Relação entre conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do trabalhador. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v. 12, nº 1, p. 103-114, jan./jun. 2003.
- _____. Educação Politécnica. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000a.
- _____. Educação Polivalente. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000b.
- ARAÚJO, Ronaldo M. de L. **Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese de doutoramento. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- _____. **As práticas formativas em educação profissional no Estado do Pará**: em busca de uma didática da educação profissional. Projeto de Pesquisa. Belém: UFPA, 2007.
- ARAÚJO, Ronaldo M. de L. *et al.* **A educação profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007b.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- CASTILHO, Ana P. L.; ARANHA, Antônia V. S. A complexidade da avaliação formativa da avaliação formativa na educação de jovens e adultos trabalhadores. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.14, nº 2, p. 185, jul./dez. 2005.
- CUNHA, Luiz A. Mediações na articulação trabalho-educação. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, nº 10, p.09-23, jan./jun. 2002.
- CUSTÓDIO, Renata A. R.; FONSECA, Bernadette V. C. Ergonomia e práticas educacionais: o modelo Paulo Freire para uma educação conscientizadora no trabalho. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.14, nº1, p.74-86, jan./ jun. 2005.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 2000.
- FIDALGO, Fernando; SANTOS, Neide E. P. dos. Certificação de competências: um olhar sobre a experiência de alguns países. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.12, nº2, p. 27-43, jul./dez. 2003.
- INVERNIZZI, Noela. Teoria da competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, nº 9, p.114-131, jul./dez. 2003.
- LEAL, Rosângela M. de A. C. O trabalho humano na sociedade da informação: desfazendo alguns equívocos. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.15, nº 1. p.32-43, jan./jun. 2006.
- LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MACHADO, Lucília. Educação para o trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000a.
- PINHEIRO, Beatriz; DELUIZ, Neide. Educação e Trabalho nas Políticas de Educação profissional: um estudo das ONGs, no rio de janeiro. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v. 15, nº 1, p.46-56, jan./jun. 2006.
- PIRES, Raissa P.; CORRÊA, Maria L.; PIRES, Silvia M. Trabalho, formação profissional e políticas públicas: possibilidades de novas articulações? **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, nº 10, p.43-62, jan./jun. 2002.

POCHMANN, Márcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, nº 6, p. 48-71, jul./dez. 1999. Jan./jul. 2000.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho-Educação numa perspectiva de classe: apontamentos à educação dos trabalhadores. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.14, nº 2, p.102-126, jul./dez. 2005.

SANTOS, Gilberto L. Considerações sobre a disseminação do conhecimento científico e tecnológico e sobre a formação para o trabalho na sociedade emergente. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.13, nº 1, p.19-27, jan./jun. 2004.

_____. Formação profissional na sociedade tecnológica. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, nº 6, p.111-123, jul./dez. 1999. jan./jul. 2000.

SANTOS, Oder J. dos. Reestruturação capitalista: educação e escola. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.13, nº 1, p.79-89, jan./jul. 2004.

SEVERINO, Antônio L. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 1993.

SILVA, Aloysio. P. da. A reforma do ensino médio profissional sob o olhar de uma agente formador: Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET-SP. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v.12, nº 2, p.45-60, jul./dez. 2003.

VERÍSSIMO, Mariana. Escolarização na empresa: contradições que possibilitam novos sentidos e significações. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo, nº 9, p.93-113, jul./dez. 2003.

VIEGAS, Moacir F. As práticas Pedagógicas em ampliação da escolaridade e a produção das novas qualificações da forma de trabalho no ambiente da produção. **Trabalho e Educação**, NETE/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v. 13, nº 1, p. 09-18, jan./jul. 2004.